



Afonso Arinos falou e recitou um poema, durante a solenidade de tombamento provisório do Buriti

Sarney decide convocar Constituinte

Brasília — O Presidente José Sarney pretende enviar ao Congresso, no decorrer de junho, projeto de emenda constitucional propondo a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que encerrará a polêmica sobre qual o Poder que deverá ter a iniciativa. A informação foi dada pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Fernando Cesar Mesquita. Sarney definirá a eleição da Constituinte em 15 de novembro de 1986 e a sua instalação em 15 de março de 1987.

A solução — convocação através do Presidente da República — é tecnicamente mais fácil, segundo o jurista Afonso Arinos, que presidirá a Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da nova Constituição. Arinos falou durante a solenidade de tombamento de uma palmeira Buriti, defronte ao Palácio Buriti, sede do Governo do Distrito Federal.

Inicialmente, Arinos se negou a comentar a decisão que Sarney vai tomar: "Eu não pertencço nem ao Legislativo nem ao Executivo. Esse assunto é deles". Mas, depois, acabou por criticar uma das teses levadas ao debate, que é a da convocação conjunta pelo Executivo e Legislativo.

— Não há convocação conjunta — fulminou o jurista. — A conjunção da convocação está na Constituição: o Presidente da República tem a iniciativa e o Congresso então vota.

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, que almoçou com Afonso Arinos e o Assessor Especial da Presidência da República, Célio Borja, ajudou também a retirar outra dúvida sobre o encaminhamento da Constituinte. Informou que a Comissão Constitucional, presidida por Arinos, será autônoma e funcionará sem subordinação direta à Presidência da República ou ao Ministério da Justiça.

Esta questão, inclusive, chegou a gerar uma polêmica, há dias, entre Lyra — que defendia a subordinação ao seu Ministério, como imaginava Tancredo Neves — e Arinos, que a queria diretamente subordinada à Presidência.

Lista

Os componentes da Comissão serão escolhidos diretamente pelo Presidente Sarney, com base na lista que lhe foi entregue quarta-feira pelo jurista Afonso Arinos. O Secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando Cesar Mesquita, disse que a lista preparada por Tancredo Neves será "apenas considerada" por Sarney, não servindo de base ou de modelo.

O Ministro Fernando Lyra revelou que Afonso Arinos acrescentou mais alguns nomes à lista de Tancredo Neves e ratificou outros, na relação que entregou ao Presidente. O jurista não quis, no entanto, revelar detalhes, chegando a afirmar que desconhecia ter Tancredo Neves elaborado uma relação de nomes.

— Eu deixei com ele (Sarney) uma lista de nomes para que ele examinasse e completasse com suas sugestões. Mas não tem nada de definitivo. Essa lista foi apenas o resultado de uma conversa.

No único comentário nominal que ele fez sobre os membros da Comissão propostos por Tancredo, lamentou que o Senador Fernando Henrique Cardoso provavelmente não mais venha a compô-la por causa de sua candidatura à Prefeitura de São Paulo.

— Eu gosto muito dele, conversei muito com ele, que seria o vice-presidente da comissão, pois como líder do Governo serviria de ponte permanente entre o Congresso e a Comissão. Mas agora isso ficou perempto, pois ele é candidato em São Paulo.

Ao confirmar que grande parte dos trabalhos da Comissão vai se desenvolver no Rio de Janeiro, onde mora, Arinos disse ter escolhido a antiga sede do Itamarati, no Rio, por razões sentimentais.

— A Comissão vai funcionar aqui em Brasília, no escritório da Fundação Getúlio Vargas, onde era o gabinete do Presidente Sarney. No Rio, será no Itamarati. Eu faço questão que seja lá, porque foi onde meu pai reuniu a Comissão Constitucional em 1934, num salão enorme, uma coisa puramente sentimental.

Indicação surpreende Benedita

A Vereadora Benedita da Silva (PT) disse ter ficado "surpresa" ao saber, através da imprensa, que seu nome faz parte da comissão que o Presidente Tancredo Neves havia escolhido para elaborar um anteprojeto de Constituição. Benedita está aguardando um comunicado oficial sobre a indicação de seu nome, para entrar em contato com o presidente da comissão, o jurista Afonso Arinos.

Como a discriminação racial será o principal tema que a vereadora pretenderia abordar durante seu trabalho na comissão, "será muito importante atuar sob a presidência do jurista Afonso Arinos, cuja lei que recebeu o seu nome, além de não ser cumprida nesse país, precisa ser revista". A sua atuação no antepro-

jeto deverá ser "para evitar que tenhamos uma Constituição elitizante e discriminatória".

Benedita da Silva acha que a sua participação na comissão seria o "primeiro passo" para se eleger à Constituinte. Depois de comentar sobre o desconhecimento do povo sobre a Constituição, a vereadora ressaltou que não gostaria de se restringir às questões racistas, "porque temos vários problemas sociais que precisam ser questionados". Em sua opinião, várias subcomissões para debater a futura Constituição deveriam ser formadas em todo o país, "para que o trabalho dos 33 membros da comissão tenha a maior abrangência possível". Essas subcomissões, em sua opinião, deveriam ser organizadas em sindicatos e todas as entidades de classe.

Baeta critica "notáveis"

"Se a comissão de notáveis quer elaborar uma Constituição, que desça às bases da sociedade e discuta com a população. Caso contrário, será mais uma Constituição de gabinete e, portanto, insatisfatória", afirmou o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann de Assis Baeta, ao criticar a intenção do Governo de remeter ao Congresso um anteprojeto da nova Carta, elaborado por uma comissão de juristas.

Ao ser informado de que o professor Afonso Arinos, presidente da comissão, entre-

gara uma lista de nomes ao Presidente José Sarney, para integrarem o grupo, Assis Baeta disse que "Constituição não pode ser monopolizada por pessoas, familiares ou grupos".

O presidente nacional da OAB defendeu a idéia de que a Constituição deve ser livre, popular e independente, precedida de amplo debate nacional e não elaborada por uma comissão. Assis Baeta considera seu dever denunciar e protestar contra qualquer anteprojeto, uma vez que isso não representaria a consciência nacional, pela falta de participação popular.

Prefeitos receberão cartilha

São Paulo — Quinhentas mil cartilhas com o título "Constituição: conheça e participe", serão enviadas a todos os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, associações de bairros e entidades de classe do país, pela Frente Municipalista Nacional, segundo anunciou o presidente da entidade, o Vice-Governador de São Paulo, Orestes Quércia.

Os primeiros 50 mil exemplares da cartilha, ilustrada e em linguagem simples, serão distribuídos domingo, na abertura do 29º Congresso Paulista de Municípios, onde estarão o Governador Franco Montoro, e delegações de 19 Estados. Confirmou a participação no even-

to — que terá como tema "O Município na Constituinte" — os Ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto; da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão; do Planejamento, João Sayad; da Previdência e Assistência Social, Waldir Pires.

No Congresso será também organizada a Marcha a Brasília, que cerca de 3 mil prefeitos e vereadores brasileiros pretendem empreender no próximo dia 18, para pressionar o Congresso pela aprovação de uma "reforma tributária emergencial", prometida, segundo Quércia, pelo falecido Presidente Tancredo Neves.

Pemedebista sugere plebiscito

Belo Horizonte — O Deputado Milton Reis (PMDB-MG) vai sugerir ao Presidente José Sarney, às lideranças partidárias e ao Congresso Nacional a realização no dia 15 de novembro de um plebiscito, juntamente com as eleições nas Capitais, para ouvir o povo sobre a convocação da Assembléia Constituinte.

Reis vai ocupar, na próxima quarta-feira, a tribuna da Câmara dos Deputados, para apresentar sua sugestão. Ele quer que sejam anexadas à cédula duas opções: os candidatos

ao Congresso Nacional devem também ser candidatos à Assembléia Nacional Constituinte ou deve ser apresentada outra chapa à Assembléia Nacional Constituinte?

O Deputado mineiro é um dos organizadores do Grupo Tancredista a ser oficializado, no próximo mês, na Câmara dos Deputados, que já conta com mais de 100 parlamentares. Até ontem, o manifesto de constituição do grupo já tinha obtido 74 assinaturas, sendo que quase toda a bancada do PMDB de Minas Gerais o assinou.